

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte

*Jornal do Brasil*

Class.:

45

Data

*18 de setembro de 1980*

Pg.:

## Funai admite que não regularizou as 250 reservas indígenas

Brasília — A posse da terra é o problema mais sério dos índios, uma vez que até hoje a Funai não conseguiu regularizar nenhuma das suas 250 reservas", admitiu o presidente da Fundação Nacional do Índio, Coronel Nobre da Veiga, revelando ainda que "há conflitos em quase todas as 250 reservas indígenas do país".

Em depoimento de sete horas na comissão do Interior da Câmara, considerou o Artigo 198 da Constituição "violentíssimo, duro e implacável", porque defende os territórios indígenas, exclui de proteção legal a comunidade envolvente. Mas se mostrou contrário ao projeto do Deputado Hélio Campos (PDS-RO) que pretende alterar o artigo proibindo a criação de reservas em áreas de fronteira.

### Pressionado

O Coronel Nobre da Veiga foi pressionado por parlamentares da Oposição para esclarecer qual a política indigenista do Governo; como transcorre o processo de demarcação das terras indígenas; por que ocorreram dois massacres de brancos em menos de um mês. Pediram-lhe também que revelasse a corrupção na Funai por ele mesmo anunciada logo após assumir a presidência e explicasse os motivos pelos quais demitiu 38 funcionários.

Ao depoimento compareceram vários dos funcionários demitidos da Funai, membros da Sociedade Brasileira de Indigenistas, missionários e três índios: Dico (sataré-maué), Calixto (terena) e Daniel (parech). O sertanista Orlando Villas-Boas esteve na condição de assessor da presidência da Funai.

Apesar do clima tenso do depoimento, não houve nenhum incidente porque um assessor do Ministério do Interior não levou adiante sua intenção de retirar os índios do recinto. Ocorreu apenas uma discussão por uma questão de ordem levantada pelo Deputado Modesto da Silveira (PMDB-RJ), que queria a participação do Padre Antonio Iasi, ex-secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário.

O presidente da Mesa, Deputado Inocêncio de Oliveira (PDS-PE), gaguejando disse que a participação do missionário era anti-regimental porque ele não estava inscrito. O parlamentar respondeu que se a presidência da Funai tinha o direito de levar 15 assessores, os deputados tinham o mesmo direito. Mas, como o missionário não estava inscrito e os assessores da Funai sim, a questão foi desconsiderada.

Enquanto transcorria esta discussão, o sataré-maué Dico disse aos repórteres que poderá ocorrer conflito na sua área por causa de uma rodovia que está sendo construída próximo à aldeia, no Alto Solimões. Informou que o delegado da Funai em Manaus foi avisado.

### Conciliação

De acordo com o Coronel Nobre da Veiga, o problema mais sério é a posse da terra, "uma vez que até hoje a Funai não conseguiu regularizar nenhuma das suas 250 reservas por problemas vários".

"Hoje estamos procurando fazer algu-

ma coisa nesse sentido" — ressaltou, acrescentando: "Temos um impasse, que não reside só na existência de posseiros, invasores e proprietários dentro das terras indígenas, mas também na impossibilidade de, ao pretendermos demarcar estas terras, não podermos fazê-lo".

Interrogado pelo Deputado Hélio Campos sobre as impropriedades do Artigo 198 para o desenvolvimento empresarial no campo, o presidente da Funai revelou que, após um protesto do Governador do Paraná, Ney Braga, que tomou conhecimento da eleição de áreas indígenas em seu Estado através do Diário Oficial, a Funai, para amenizar "a violência" do artigo constitucional, tem procurado ouvir não somente os Governos de Estado, como também o INCRA, o DNER, o IBDF e todos os envolvidos, para "conciliar ambas as partes, porque há conflitos em quase todas as 250 reservas do país".

O Deputado Modesto da Silveira fez uma série de perguntas, detendo-se na questão dos índios nambiquara, que estão ameaçados por uma tangente da BR-364 no Vale da Guaporé, em Rondônia; na corrupção interna e na demissão dos indigenistas.

O Coronel Nobre da Veiga, sempre salientando que os problemas da Funai são anteriores à sua administração, informou que os nambiquaras terão de ser transferidos para outra área porque onde seria a reserva definitiva as terras não se prestam para a agricultura.

Em nenhum momento, apesar da insistência dos parlamentares, falou sobre a corrupção. Mencionou, apenas, num instante de irritação, os motivos pelos quais foi demitido o superintendente Pedro Paulo Fatorelli.

Em menos de quatro meses ocupando a presidência, o Coronel Nobre da Veiga disse que foi surpreendido com cinco cheques no valor total de Cr\$ 1 milhão 300 mil, que teriam sido doados a ele pela Embaixada do Canadá. O ex-superintendente assinou o recibo em seu nome.

Foi citado também o caso da funcionária Laia Mattar Rodrigues, afastada do Departamento de Terras por corrupção e hoje à disposição do Ministério do Interior na função de assessoramento superior.

O consultor jurídico da Funai, Afonso de Moraes, informou que em um ano e quatro meses a Funai constituiu oito processos por corrupção e mantém 12 ações no Supremo Tribunal Federal.

As demissões dos 38 indigenistas, segundo o Coronel Nobre da Veiga, deram-se por uma questão de "indisciplina funcional". Eles protestaram, em carta dirigida ao Ministro do Interior, contra a demissão de três funcionários.

"Fomos ludibriados em nossa boa-fé, jamais tivemos pendenga ou antipatia por nossos funcionários, mas indisciplina eu não posso permitir, senão, como trabalharia?" — disse o presidente da Funai, afirmando que nenhum destes funcionários estava envolvido em corrupção.

Disse estar com "o coração aberto" para receber todos os que estão em defesa dos índios e revelou que, sábado, manteve um encontro com Dom Pedro Casaldáliga em São Félix do Araguaia.

Brasília — Foto de Sonja Rogo



Vilas-Boas na Comissão

### Sertanista não quer doutrina

O sertanista Orlando Villas-Boas que, embora aposentado, presta assessoria à presidência da Funai, se mostrou contrário à iniciativa do Coronel Ivan Zanoni, diretor do Departamento Geral de Projetos Comunitários, de formular uma "doutrina indigenista". "Isto é impossível, nunca poderia haver um critério para todas as comunidades indígenas", disse.

Reiterou a proposta que apresentou em 1975 na CPI do índio: vincular a Funai à Presidência da República: "Não adianta culpar a atual administração quando os erros vêm de muitos anos. Mas, se a Funai não for para a Presidência da República, a sua consultoria jurídica poderia assessorá-la, porque, por mais competentes que sejam os advogados da Funai, eles não podem lutar contra escritórios como o do Buzaid e do Miguel Reale, que abrem jurisprudência para os empresários."

### O artigo "implacável"

O Artigo 198 da Constituição, considerado "implacável" pelo Coronel Carlos Nobre da Veiga, é o seguinte: "As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a Lei Federal determina a eles, cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito a usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nela existentes." No Parágrafo 1º "ficam declaradas

a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou ocupação de terras habitadas pelos silvícolas".

O Parágrafo 2º expressa a "nulidade e extinção de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União ou a Fundação Nacional do Índio".